

O pioneirismo de Cabeça Padrão na salvaguarda do património urbano do Algarve

José Aguiar

Professor associado,
CIAUD – Faculdade de Arquitetura
da Universidade de Lisboa

Vítor Ribeiro

Doutorando,
CIAUD – Faculdade de Arquitetura
da Universidade de Lisboa

Miguel Reimão Costa

Professor auxiliar,
CEAACP/CAM – Universidade
do Algarve





Armação de Pêra: panorâmica.
Padrão *et al.*: 1965-1970, vol. 10
(Armação de Pêra, 1967), foto 10.

A salvaguarda da paisagem urbana histórica é hoje um tema dos mais atuais e dos mais complexos na discussão da teoria e da práxis da conservação. A UNESCO proclamou uma recomendação a este propósito (em 2011) e o ICOMOS está a tentar redigir, já há mais de uma década, uma carta de referência — diga-se que sem conseguir os consensos necessários, tantos são os desacordos conceptuais resultantes da disparidade dos olhares disciplinares que sobre este assunto incidem. No fim dos anos 60 Portugal foi um dos primeiros países do mundo a institucionalizar dentro da sua gestão

Do restauro dos monumentos à salvaguarda da cidade

A emergência do conceito de património urbano foi o resultado de um prolongado debate sobre os valores da cidade tradicional (i. e. antes do Moderno). Nos anos 60, na Europa, países como a Inglaterra, com o estabelecimento das «*conservation areas*», e a França, ao publicar a pioneira *Loi Malraux* em 1962 (que estabeleceu os planos de «*mise en valeur*» de «*secteurs sauvegardés*»), introduzem metodologias de conservação já não apenas de monumentos mas de extensas áreas com relevante valor enquanto património urbano.

Em Portugal a segunda metade da década de 1960 foi um momento decisivo, neste processo, com o aparecimento de três iniciativas distintas para a conservação de património urbano: *i*) o «Estudo das zonas ou unidades urbanas de carácter histórico-artístico em Lisboa», de José Augusto França, delimitando e redesenhando «zonas privilegiadas para preservação» estabelecidas no Plano Diretor de Urbanização de Lisboa para núcleos urbanos da reconstrução pombalina (França: 1967); *ii*) o «Estudo da renovação urbana do Barredo», coordenado pelo arquiteto Fernando Távora, que à demolição de bairros insalubres na área da Ribeira Barredo contrapõe o novo desígnio da reabilitação e com o propósito de estabelecer um modelo passível de ser alargado a toda a cidade do Porto (Távora: 1969); e, por fim, *iii*) o estudo de «Prospecção e defesa da paisagem urbana do Algarve»¹, coordenado pelo

urbanística práticas de estudo e planeamento da paisagem urbana e rural. Ilídio de Araújo é um dos grandes pioneiros destes primeiros estudos, mas a história esqueceu o contributo de Joaquim Cabeça Padrão, que, na então Direção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), coordenou o estudo de «Prospecção e defesa da paisagem urbana do Algarve», propondo a valorização da paisagem urbana histórica de toda uma região que sofria processos de profunda transformação, instaurando um modelo que gradualmente seria extensível a todo o País.

arquiteto Cabeça Padrão e realizado sob a alçada da Direção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), que preconizava a valorização da paisagem urbana histórica — tema tão contemporâneo — à escala de toda uma vasta região e com clara preponderância de apreço pela sua arquitetura vernacular (Padrão *et alii*: 1965-70).

A proposta de Cabeça Padrão surge ainda em perfeita contemporaneidade com a divulgação das teses de Kevin Lynch sobre a imagem da cidade (1960) e, sobretudo, das ideias de Gordon Cullen (primeiramente fixadas no célebre *Townscape*, de 1961), definindo um modelo pioneiro integrando quer as «áreas urbanas genéricas de qualidade», quer as «as áreas viárias de qualidade» (Padrão *et alii*: 1965-70, vol. 4).

Algarve, património e turismo: o contexto

Até ao início da década de 60 do século passado, as descrições do Algarve reiteravam a ausência histórica de infraestruturas consideradas fundamentais para o seu desenvolvimento. Mas o significativo incremento da atividade turística que se dará por esta altura, com as consequências daí decorrentes ao nível do património urbano e da paisagem da região, cedo levará a que a esse discurso sejam contrapostas chamadas de atenção e críticas sobre a excessiva transformação dos aglomerados urbanos e da paisagem costeira. Keil do Amaral (1961), logo no início da década, é o principal porta-voz destas novas preocupações ao pressagiar «nuvens negras sobre o futuro do Algarve».



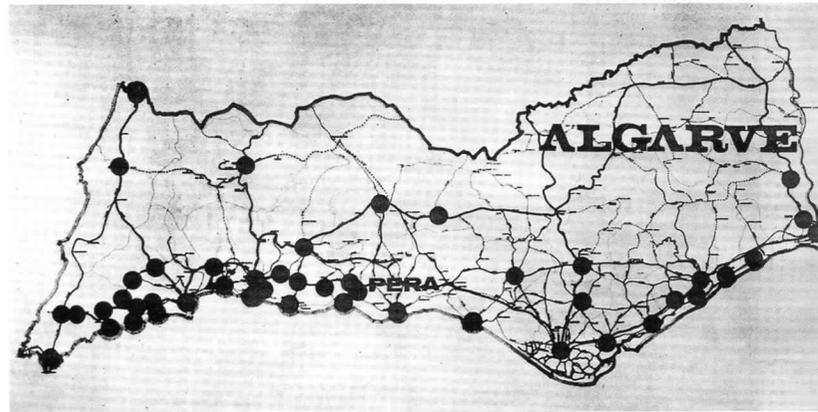
↑
Ferragudo: panorâmica ilustrativa de uma harmonia urbana prestes a desaparecer.

Padrão et al.: 1965-1970, vol. 4 (Ferragudo, 1965), foto B.

→
Castro Marim: panorâmica.

Padrão et al.: 1965-1970, vol. 14 (Castro Marim, 1968), foto 4.

↘
Mapa do Algarve com os aglomerados prospetados.
 Padrão: 1971.



É neste contexto que o Plano Regional do Algarve (PRA), entregue na primeira metade da década de 1960 a uma equipa coordenada pelo urbanista italiano Luigi Dodi, assumirá como um dos seus principais pressupostos combinar a dinamização do turismo e da economia com a salvaguarda dos valores paisagísticos e ambientais, com atenção à história, à arqueologia e aos valores dos aglomerados urbanos, prevendo a imposição de limitações à edificação e relevando a importância da integração nos diversos contextos (Brito: 2009, pp. 168-169).

Este propósito conciliatório não se traduz, no entanto, na afirmação do património cultural como um dos principais recursos, já que o previsto desenvolvimento do turismo assentava nas praias e no clima, privilegiando a orla costeira às restantes subunidades regionais (Freitas: 2010, p. 268). No entanto, este plano enquadrava a elaboração de três estudos complementares relativos ao «Ordenamento agrícola», ao «Ordenamento paisagístico» e um pioneiro «Estudo de prospecção e defesa da paisagem urbana do Algarve» (EPDPUA), considerando um conjunto de princípios inovadores quanto à «defesa e valorização da paisagem rural e urbana da região» (Barreto et alii: 1971, p. 123).

Importa também considerar como muito relevante, para este particular e tão inovador momento do nosso urbanismo, a criação em 1968 dentro da DGSU dos muitíssimos pioneiros

— mesmo numa visão mundial — Serviço de Ordenamento da Paisagem Rural e Serviço de Defesa e Recuperação da Paisagem Urbana.

O levantamento e estudo da paisagem urbana histórica

A estrutura inicial do «Estudo de prospecção e defesa da paisagem urbana do Algarve» (EPDPUA) previa a elaboração de 50 volumes: um correspondente ao enquadramento no plano regional e à caracterização da região numa perspetiva pluridisciplinar (1.º volume); outro, intitulado «Prospecção marginal viária», que de forma inédita estenderia os propósitos do estudo à área de influência dos principais eixos viários (2.º e 3.º volumes); e os planos de 47 aglomerados que se pretendia salvaguardar². A maioria dos núcleos prospetados situa-se na orla litoral, confirmando as dissemelhanças de povoamento que distinguem as diversas sub-regiões algarvias (Costa: 2010) e a estratégia do PRA, tendo sido também considerado, numa afirmação da relativa autonomia da DGSU em relação a este plano, um número significativo de aglomerados do Algarve interior (Azinhal, Estoi, São Brás de Alportel, Loulé, Alte, São Bartolomeu de Messines, Silves, Monchique, Odeceixe e Aljezur).



Com o EPDPUA pretendia-se contrariar o desaparecimento do património arquitetónico e urbano, antecipando e condicionando a elaboração de futuros planos de urbanização (Passos: 1972, p. 9), delimitando diferentes classes de espaços, em cartografia e regulamento, visando a integração de diferentes disciplinas com o propósito de estabelecer uma rutura com as tradições de «fazer cidade nova no sítio da cidade antiga» (Padrão: 1969, p. 132).

O modelo assentava na delimitação de «áreas de interesse histórico-artístico», remetendo para um articulado genérico de premissas (condições de uso, condições de volume e condições estéticas) e para um conjunto de propostas de intervenção detalhadas nas fichas realizadas tanto para o «espaço público» como para «edifícios isolados»³. O documentário fotográfico que acompanha estas prospeções constitui hoje uma peça fundamental para a caracterização deste património, compreendendo as panorâmicas captadas a partir do exterior e as fotos do interior dos lugares incidindo em edifícios isolados ou em conjuntos de edifícios.

Considerando a dimensão matricial que o conceito da paisagem urbana adquire nestes estudos, é curioso registar o parco recurso ao espírito da «visão serial» teorizada por Cullen (1984). Nalguns casos, esta poderá constituir, também, uma das limitações deste acervo, uma vez que as fichas (e, portanto,

também as fotografias) incidem fundamentalmente em «edifícios destacados — quer pela sua extrema qualidade arquitetónica, quer pela falta dela» (Padrão *et alii*: 1965-70, vol. 22) —, deixando de lado os edifícios ditos «de acompanhamento» de valor fundamental para o património urbano.

O património arquitetónico: monumento, arquitetura espontânea e dissonância

A dimensão propositiva do EPDPUA assentava na seleção de um conjunto de edifícios integrados na área de interesse histórico-artístico que deveria ser objeto de uma proposta de conservação ou de terapêutica particular, a considerar através do preenchimento de uma ficha-tipo. Esta compreendia a classificação prévia em diferentes categorias dos imóveis prospectados complementada com a avaliação do seu estado de conservação e adulteração, distinguindo: i) o património monumental, correspondente ao património classificado (monumento nacional ou municipal), ou a classificar, incluindo outros imóveis integráveis na categoria de «arquitetura erudita de 1.º grau»; ii) a designada «arquitetura erudita de 2.º grau» correspondente, em grande medida, a edificações do Antigo Regime (em especial do século XVIII); bem como iii) a arquitetura tradicional corrente, integrada na categoria de «arquitetura espontânea».

A importância conferida à dimensão visual e à percepção do espaço urbano acabará por resultar, especialmente nos volumes realizados por Cabeça Padrão, numa forte dimensão corretiva e cenográfica associada a um número significativo e detalhado de intervenções corretivas, propondo, quando necessário, demolições⁴. Se entre os elementos a «corrigir» avultam alguns elementos ornamentais característicos como as açoteias, as platibandas, as chaminés rendilhadas ou os finidos associados aos revestimentos das fachadas⁵, serão ainda assim as arquiteturas de influência moderna ou os edifícios ditos «pseudo-modernos» (Padrão *et alii*: 1965-70, vol. 4) que serão objeto de uma crítica mais feroz por parte dos autores do estudo, considerando a falta de harmonia provocada por volumetrias, corpos balançados, ou recurso às palas e às grelhas ou o uso da cor.

Nas propostas mais ambiciosas, a abordagem do EPDPUA remeta para uma conceção de certo modo maniqueísta do património urbano⁶, tendo o considerável volume de trabalhos de correção propostos em dezenas de aglomerados prospectados, acabado por lhe conferir, ao tempo, alguma inxequibilidade política e económica.

A cristalização, a retificação com repristinação do património urbano subjacente aos estudos do Algarve é ainda mais perceptível quando se confrontam estes estudos com a proposta de Távora para o Barredo, onde se propõe uma revisão gradual do planeamento a longo prazo que considere «as constantes alterações de conceitos, de estruturas, de sistemas de relações» (Távora: 1969, p. 33), considerando a importância das manifestações das culturas passadas não apenas a partir da sua dimensão evocativa, mas também da sua dimensão pragmática, com reflexos a nível do desenvolvimento de propostas de reorganização interna das arquiteturas e de introdução de novos materiais ditadas por novas exigências a considerar de forma integrada com a conservação do património.

→
Cacela Velha.
José Aguiar, 2014.

↓
Cacela Velha, 1967
Padrão *et al.*: 1965-1970, vol. 11
(Cacela, 1967), foto 44.



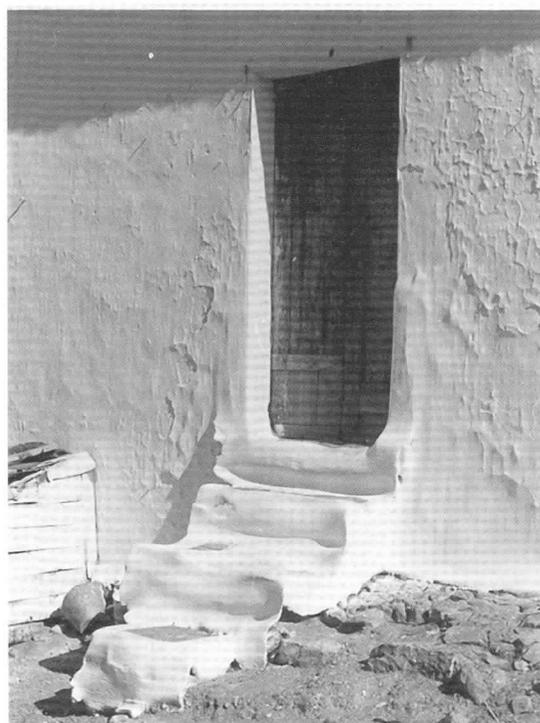






←
Cacela Velha:
ontem e hoje.

Padrão *et al.*:
1965-1970, vol. 11
(Cacela, 1967) foto 39;
e José Aguiar, 2014.



↑
Tavira: a porta de reixa como
elemento característico e
valorizador da arquitetura
popular.

Padrão *et al.*: 1965-1970, vol. 23
(Tavira, 1970), foto 98, ficha 59.

↑
Cacela Velha: imagem
denunciadora da valorização
da qualidade plástica da
arquitetura popular.

Padrão *et al.*: 1965-1970, vol. 11
(Cacela, 1967), foto 31.

O património urbano: espaço público, imagem e recomposição

Um dos aspetos mais inovadores dos estudos do Algarve está relacionado com o modo como a proposta é organizada a diferentes escalas, juntando às intervenções consideradas edifício a edifício (fichas do edificado) os espaços mais relevantes do aglomerado (fichas do espaço público), o património urbano do núcleo no seu todo e, como se verá, a transição para as áreas de expansão ou para a paisagem rural envolvente (controladas através de um regulamento e cartografia).

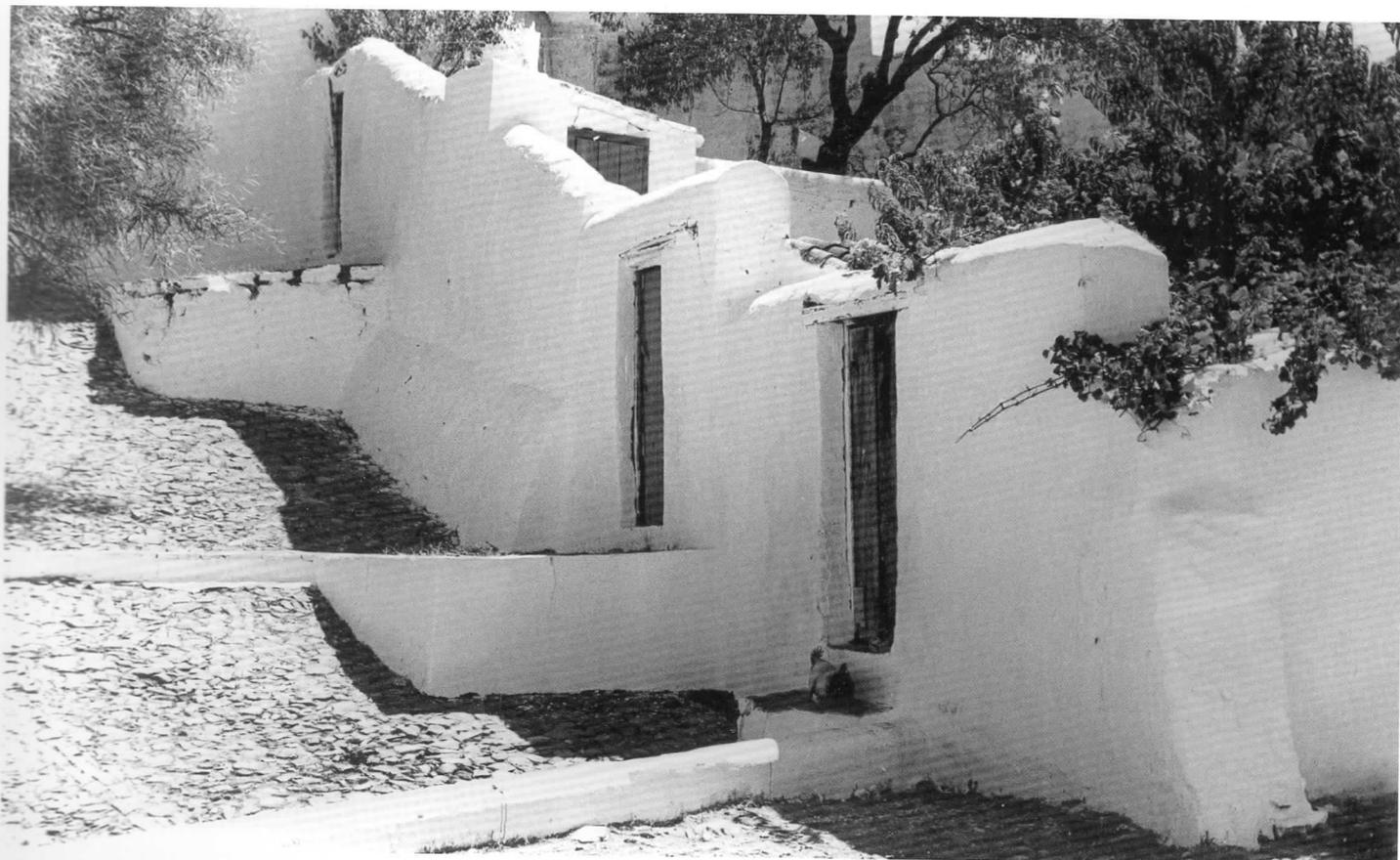
O princípio da «recomposição» enunciado pelos autores não se restringia à dimensão arquitetónica (na intervenção em edificações dissonantes), adquirindo simultaneamente uma expressão urbanística (Padrão: 1969, p. 132). Isto é especialmente evidente, entre outras soluções, na forma como se considera, à semelhança das demolições seletivas propostas por Gustavo Giovannoni⁷ nas primeiras décadas do século xx, a demolição pontual de determinadas edificações, seja para efeitos de criação de um novo espaço de enquadramento a edifícios notáveis — como em Alcantarilha com a Igreja Matriz, em Tavira com a Igreja da Misericórdia ou em Portimão com o antigo Colégio Jesuíta — ou com o intuito de descobrir e deixar à vista troços das muralhas, como ocorre em Tavira, na base do castelo, ou, de forma mais expressiva, em Faro, estando a valorização da paisagem urbana associada a uma valorização

hierarquizada das edificações, com clara preponderância do valor histórico de monumentos e edifícios notáveis.

A expansão urbana: transição, paisagem e silhueta

O princípio fundamental do modelo proposto por Cabeça Padrão para o Algarve incide, como vimos, na salvaguarda do património urbano dos centros das cidades enquadrando a sua integração num modo de vida contemporâneo (Padrão: 1969, 132). O que implica a revisão e alargamento, então em curso, do conceito de património, tomado já não só como monumento, e estabelecendo novos critérios para a reformulação da conservação do património já no âmbito do urbanismo. A dimensão urbanística das propostas desenvolvidas pelos técnicos da DGSU não se restringiu aos núcleos com valor patrimonial, equacionando a integração destes num processo de transformação e crescimento urbano, delimitando, na maior parte dos casos, uma «área de respeito e expansão» que visava garantir a adequada transição entre tecidos.

A delimitação de áreas *non aedificandi*, nestes estudos, resulta das preocupações com a silhueta e a perceção a partir do exterior do núcleo com valor histórico-artístico, sobressaindo neste campo o estudo de Campos Matos para Silves, onde se propõe a interdição de construção nas áreas agrícolas mais próximas da cidade, marcadas por um expressivo contraste entre a paisagem rural e a paisagem urbana⁸.



Propunha-se que essa fundamental dimensão urbana da salvaguarda patrimonial deveria incorporar os instrumentos urbanísticos a elaborar no quadro da conceção do Plano Regional do Algarve – em linha, aliás, com o que, já em 1961, Keil do Amaral havia enunciado em artigo que escreve para o *Diário de Lisboa* ao defender a premência de um modelo de planeamento que definisse, entre outras medidas, «as zonas a valorizar [...]; as reservas naturais a conservar e as zonas de protecção a certos sítios, vistas, acidentes da natureza, ou núcleos urbanos» (Amaral: 1961).

No limiar de uma abordagem mais integradora da conservação do património urbano

Ainda que sem a inovadora consciência social de Távora, no estudo do Barredo, ou a profunda investigação histórica e académica que enquadra as opções da proposta desenvolvida por França para Lisboa, os estudos do Algarve partilham com esta última a importância conferida à imagem urbana que remete para os estudos então ainda recentes de Gordon Cullen (1961/1984) e de Kevin Lynch⁹, em novas teorias que Cabeça Padrão conhecerá cedo e bem (Padrão: 1971).

A caracterização da arquitetura incide, quase exclusivamente, nas volumetrias e nos elementos de fachada que corresponderão também ao objeto das intervenções de correção consideradas nas fichas de edifícios. Só excepcionalmente são sugeridas obras de reparação com vista à melhoria das condições de habitabilidade e raramente serão abordadas intervenções no espaço interior¹⁰.

Conceitos propostos por Cullen no conhecido livro *Townscape* serão inovadoramente ensaiados nos estudos do

Algarve, remetendo também para importância já antes atribuída por Álvaro da Fonseca, no final dos anos 40, à preservação do «aspecto geral das perspectivas monumentais ou perspectivas da paisagem ou dos sítios», bem como dos «pontos de vista» (Fonseca: 1947, pp. 70-74).

As prioridades não respondem ainda a um modelo de conservação integrada do património, como o proposto, em 1969, para o centro histórico de Bolonha ou, nesse mesmo ano, pelo já referido pioneiro estudo de Távora para a área da Ribeira-Barredo no Porto.

Ainda que seja evidenciado nalguns dos estudos do Algarve, em especial nos documentários fotográficos dos volumes de Alvor e Burgau, uma representação integrada do património urbano com as comunidades ali residentes (cf. Ribeiro et alii: 2013), em nenhum lugar essa dimensão será formulada como no estudo de Fernando Távora, onde existe um efetivo enfoque nas questões humanas considerando a melhoria das condições de vida das populações, a sua participação efetiva nas diferentes fases da intervenção e o seu acompanhamento após a conclusão da mesma ou a redução ao mínimo indispensável e com critérios bem definidos dos processos de realojamento decorrentes da sobreocupação dos antigos bairros (Távora: 1969).

Conclusões possíveis

Os «Estudos de prospecção e defesa da paisagem urbana do Algarve» constituem uma proposta pioneira integrando os princípios da salvaguarda do património urbano nos instrumentos de planeamento e ordenamento do território, reven-



←
Castro Marim: conjunto considerado de "relativo interesse" em cuja valoração é notória a influência dos conceitos propostos por Gordon Cullen em *Townscape*. Padrão et al.: 1965-1970, vol. 14 (Castro Marim, 1968), foto 23, ficha 3.

Alte: um dos autores do estudo em ação. Padrão et al.: 1965-1970, Vvol. 25 (Alte, 1970), foto 7.

do pressupostos do urbanismo moderno e inscrevendo-se no processo de *historização* do espaço urbano a que constantemente se refere Choay (1994, p. 157). O período em que são elaborados estes estudos corresponde a uma fase decisiva para a reflexão em torno da importância do património urbano e da imagem urbana, na afirmação de modelos que contrariam a pretensa inevitabilidade da renovação urbana substitutiva e higienizadora dos «centros históricos».

Os estudos para o Algarve preconizavam políticas de salvaguarda integradas nos planos de urbanização, inscrevendo-se num conjunto de propostas precursoras que abrem o debate da reabilitação urbana nas décadas seguintes e que também incluem os trabalhos de José Augusto França para Lisboa e de Távora para o Porto. Mas se os estudos do Algarve e de Lisboa estão ainda ligados fundamentalmente à (re)descoberta da imagem e paisagem urbana, de uma conceção de património arquitetónico e urbano assente na valorização da sua dimensão histórica e numa visualidade afeta aos inovadores conceitos de Cullen e Lynch, o trabalho de Távora constitui uma dimensão bem mais integradora, muito mais próxima dos processos contemporâneos (e iniciados nessa mesma altura) a que chamaremos pouco depois, e ainda hoje, de «reabilitação urbana integrada».

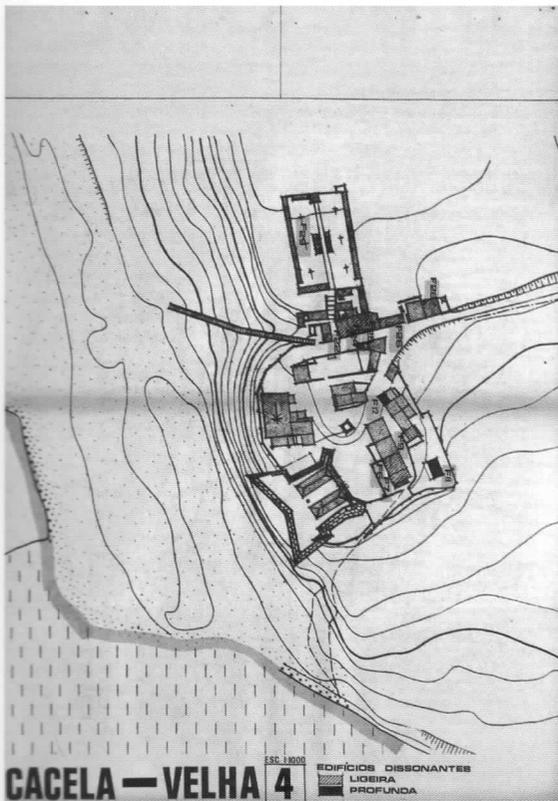
Os estudos realizados, em especial os da autoria de Cabeça Padrão, distinguem, de forma clara, as diferentes expressões do património urbano, mas privilegiando muitíssimo a conservação da arquitetura dita erudita do Antigo Regime e da arquitetura espontânea, depreciando a produção do século XIX (Padrão et alii: 1965-70, vol. 4), assim como a arquitetura vernacular e mais corrente da primeira metade do século XX, a influência da *art déco* e da arquitetura modernista, ou as

edificações que de forma mais expressiva enfatizavam as novas tecnologias e materiais construtivos (do betão e do cimento).

Os estudos do Algarve, provavelmente por terem desaparecido, ou antes, por terem sido feitos desaparecer dos arquivos da autoridade urbanística nacional num momento particularmente decisivo (estes estudos foram redescobertos há pouquíssimo tempo ainda, como por exemplo na investigação de doutoramento de Ana Pinho concluída em 2009), acabariam por ter um impacto pouco significativo naquele que constituía o seu principal propósito: a salvaguarda do património urbano dessa região (e por translação a outras regiões de Portugal), isto é, não influenciaram decisivamente nem as decisões posteriores de licenciamento municipal nem a subsequente elaboração de planos setoriais.

A redescoberta destes estudos adquire hoje a maior das relevâncias, não apenas por constituírem uma fonte fundamental para caracterização do património urbano do Algarve (ao fixarem um momento imediatamente anterior a um processo de profunda transformação e adulteração), mas também pelo contributo que deram à ulterior definição de instrumentos para a proteção dos núcleos urbanos tradicionais, designadamente a posterior fase dos planos de salvaguarda (Pinho: 2009, pp. 800-801).

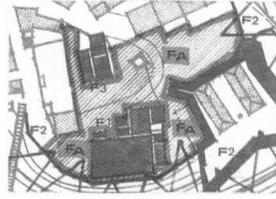
O modelo dos EPDPUA é marcado por um leque alargado de influências, compreendendo o contributo dos diversos âmbitos disciplinares no quadro do debate em torno do património arquitetónico e urbano, considerando: a reflexão sobre as práticas correntes de atuação da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e da Direção-Geral dos Serviços de Urbanização; o contacto com propostas inovadoras no contexto nacional introduzidas por urbanistas estrangeiros, como



1 INQUÉRITO E ANÁLISE
FICHA DE PROSPECÇÃO 1

F.º Nº 4
MAPA 5 e 7
ESPAÇOS URBANOS ARQUITECTURADOS (PRAÇAS E RUAS); GRUPOS DE CONSTRUÇÃO ESPECIALMENTE INDEFINIDOS
CONCELHO VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
LOCALIDADE CACELA KM.
ESTADIA N/A/PRAÇA Principal

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO



estado geral de conservação: Bom
solvente: De grande qualidade espacial e arquitetónica
trânsito de veículos: Reduzido
pendentes: Muito ligeiras
mobilidade urbana: Nota sempre se lado da entrada da freguesia de excelente qualidade
aberturas panorâmicas: Não tem
arborização: Não tem
iluminação: Não tem
visibilidade: Bom
parqueamento: Bom

TERAPÊUTICA: separações de orden geral nos edifícios, conforme ficha prospectiva. Creem que a pavimentação dita é portuguesa; será a mais conveniente a usar neste belíssimo espaço urbano, conforme já foi praticado ao volta da igreja. Deite no solo deste espaço um possível resto do complexo das muralhas que deverá ser mantido e valorizado, com o colar alguns elementos de vedação (a sugerir pelo paisagista) de modo a valorizar este espaço e não diminuirlo, por desproporcionadamente, por abuso. O problema da sua iluminação deve merecer cuidados especiais quer quanto ao evidenciar dos seus elementos mais representativos, quer quanto ao valor plástico dos suportes (sacadeiros ou lanternas) a aplicar.

←
Mapa 4 Cacela a Velha, Edifícios considerados dissonantes.
Padrão et al., 1965-1970:
Vol. 11 (Cacela, 1967), Mapa 4.

Cacela a Velha, Exemplo de ficha de prospecção. Espaço urbanos arquitecturados (praças e ruas); Grupos de construção espacialmente indefinidos.
Padrão et al., 1965-1970:
Vol. 11 (Cacela a Velha, 1967), Mapa 5 e 7.

as metodologias conservacionistas propostas por Etienne de Gröer para os centros de Évora ou Sintra; o contacto com novos paradigmas e a abertura a novos critérios, conceitos e estratégias de intervenção proporcionado pelos estágios — sobretudo no exterior — patrocinados, entre outras instituições, pela DGSU; e a divulgação e discussão de diferentes modelos de intervenção favorecida pela realização de congressos e simpósios sobre urbanismo realizadas no território português (contribuição enaltecida, em diferentes momentos, pelo próprio Cabeça Padrão).

Essa relevância, significativa, estende-se ainda: ao carácter alargado dos propósitos à escala de (quase) toda uma região; ao esforço em contrariar o desaparecimento de um património construído que não se circunscrevia exclusivamente ao de maior valor histórico-monumental; à importância conferida às questões do método, à documentação, levantamento e inventariação («prospecção») como ponto de partida para a salvaguarda e conservação patrimoniais (resultando um acervo fotográfico que é hoje um valioso testemunho de uma realidade em acelerado processo de mutação); a inclusão das questões do contexto e da paisagem no centro da salvaguarda patrimonial (tema hoje hipercontemporâneo); e a integração da conservação do património urbano no contexto do planeamento urbano territorial.

Embora os efeitos práticos destes estudos tenham ficado muito aquém dos propósitos declarados, remetidos que estiveram durante décadas a um forçado (sintomático) esquecimento, o seu ainda recente resgate constitui uma importante oportunidade para a rescrita da nossa, ainda tão recente, história da reabilitação arquitetónica e urbana e para (re)discutirmos as ambiguidades, dificuldades e contradições com que a salvaguarda patrimonial se foi debatendo em Portugal e na Europa ao longo da segunda metade do século xx e início deste novo milénio.

NOTAS

1. Ainda que o título completo do estudo seja «Prospecção, preservação e recuperação de elementos urbanísticos e arquitectónicos notáveis, em áreas urbanas e marginais viárias, na região do Algarve», optamos, no âmbito do presente artigo, pela designação abreviada que figura no cabeçalho das fichas de prospecção e que sintetiza as duas dimensões fundamentais do trabalho: o levantamento (prospecção) e a salvaguarda (defesa) patrimoniais. Este título abreviado foi também considerado por um dos autores do estudo num artigo que publicou no boletim da DGSU (Passos: 1972).
2. Listam-se esses aglomerados: Albufeira (concelho de Albufeira); Aljezur e Odeixe (concelho de Aljezur); Azinhal e Castro Marim (concelho de Castro Marim); Estoil e Faro (concelho de Faro); Carvoeiro, Estômbar, Ferragudo, Lagoa e Porches (concelho de Lagoa); Almádena, Barão de São João, Bensafim, Espiche, Lagos e Praia da Luz (concelho de Lagos); Alte, Loulé e Quarteira (concelho de Loulé); Monchique (concelho de Monchique); Fuzeta e Olhão (concelho de Olhão); Alvor, Mexilhoeira Grande, Portimão e Praia da Rocha (concelho de Portimão); S. Brás de Alportel (concelho de S. Brás de Alportel); Alcantarilha, Armação de Pêra, Pêra, São Bartolomeu de Messines e Silves (concelho de Silves); Cabanas, Luz de Tavira, Santa Luzia e Tavira (concelho de Tavira); Barão de São Miguel, Budens, Burgau, Raposeira, Sagres, Salema e Vila do Bispo (concelho de Vila do Bispo); e Cacela e Vila Real de Santo António (concelho de Vila Real de Santo António).
3. A estrutura-tipo, com algumas variantes, comportava: uma introdução (quase sempre restringida ao encadramento de descrições de obras que de algum modo incidiam na localidade); as fichas para os espaços públicos e para os edifícios; o conjunto das cartas (que com algumas variantes contemplavam o zonamento, conservação dos edifícios, número de pisos, edifícios dissonantes, espaços de interesse, construções e pormenores notáveis, carácter evocativo, indicação das panorâmicas, construções prospectadas e estações fotográficas); a proposta de um regulamento geral; e, por fim, um documentário fotográfico (por vezes comentado).
4. É de salientar que à diversidade de autores que caracteriza este conjunto de estudos — para além de Cabeça Padrão, autor

da maior parte dos estudos, constam ainda da equipa Alfredo Campos Matos (Fuzeta, Olhão, Alte, Monchique, Silves), Romeu Pinto da Silva (Carvoeiro, Lagoa, Burgau) e José Manuel Silva Passos (Estômbar, Sagres e Vila do Bispo) —, corresponderá uma significativa disparidade dos critérios considerados na elaboração das análises e proposta, sobretudo ao nível das «terapias» previstas nas fichas dos «edifícios dissonantes prospetados».

5. Cuja importância havia já sido relevada por investigações já então conhecidas (Amaral *et alii*: 1961, p. 350, Oliveira e Galhano: 1994), sendo justamente alguns destes elementos que, em muitos casos, Cabeça Padrão se propõe «corrigir», defendendo a remoção da cor dos fingidos ou a demolição de platibandas, numa prática de correção linguística e não-autêntica muito similar à que Lúcio Costa promoveu no Brasil (hoje designada por «neocolonioso»), propondo a repristinção de paredes caiadas a branco com marcação dos vãos a cor e beirados tradicionais.

6. Veja-se a esse propósito, no artigo que Cabeça Padrão escreve em 1969 para a revista *Arquitectura*, a forma como estabelece os termos da sua leitura a partir de uma contraposição entre o bem e o mal: «A vida de um povo lê-se nas ruas das suas cidades. O nada ser ou a cultura, a miséria ou a riqueza, o mau gosto ou a boa formação estética, a leviandade ou o bom senso, a anarquia ou o civismo urbano de um povo, tudo isto aparece claramente dito nas suas ruas. A cidade é o homem que a habita.» (Padrão: 1969, p. 131.)

7. Sem nunca referir o autor italiano, Cabeça Padrão defende um modelo que, na sua formulação, parece decalcado do método de *diradamento* (Padrão: 1969, p. 132). No mesmo artigo, Cabeça Padrão evoca ainda, a esse propósito, uma intervenção realizada em Paris por Robert Auzelle, autor muito mais próximo duma conceção funcionalista (Auzelle: 1962), o qual, no Plano Diretor do Porto, havia desenhado uma proposta mais consonante com as soluções de uma renovação urbana substitutiva do que com os princípios do que chamaríamos hoje já de reabilitação urbana, tal como foram defendidos para o Algarve sob a tutela da DGSU.

8. Paisagem que, segundo o autor, se procura «relevar por via do destaque forte que, deste modo, a cenografia urbana de Silves proporciona para quem a aborda dos três quadrantes que constituem os seus acessos principais» (Padrão *et alii*: 1965-70, vol. 30).

9. O próprio José Augusto França faz referência a Lynch quando remete expressamente o termo «imagem» que emprega para o conceito que este autor deixa implícito em *The Image of the City* (França: 1967, p. 49).

10. Como foi o caso, nomeadamente, da proposta para a povoação de Pêra (Padrão *et alii*: 1965-70, p. 10). Como já foi notado anteriormente (Pinho: 2009, p. 801), as condições de habitabilidade e conforto das comunidades residentes — em moldes como os que por exemplo caracterizaram os estudos da habitação rural (Basto e Barros: 1943; Barros: 1948) — não constituíam o objeto destes estudos que privilegiam claramente a dimensão física e a imagética do património construído.

BIBLIOGRAFIA

AUZELLE, R. — *Plaidoyer pour une organisation consciente de l'espace — le roman prosaïque de Monsieur Urbain*. Paris: Vincent, Féral et Cie, 1962.

BARROS, H. de — *Inquérito à Habitação Rural*. [S. l.]: [s. n.], vol. 2, 1948.

BASTO, E. A. L.; BARROS, H. de — *Inquérito à Habitação Rural*. [S. l.]: [s. n.], vol. 1, 1943.

BARRETO, A. F. V.; DENTINHO, A.; BRANCO, A. C. — Ordenamento paisagístico do Algarve, *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*. Lisboa: ICAT, n.º 121/122, maio/agosto 1971, pp. 123-127.

BRITO, S. P. — *Território e Turismo no Algarve*. Lisboa: Colibri/Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo da Universidade do Algarve, 2009.

CERVELLATI, P. L.; SCANNAVINI, R. (ed.) — *Bologna: política e metodologia del restauro nei centri storici*. Bologna: Il Mulino, 1973.

COSTA, M. R. — Alguns temas para a interpretação dos assentamentos

rurais no sul de Portugal. *As Idades da Construção. Técnicas e Saberes da Construção Tradicional e Sua Aplicação à Arquitectura Contemporânea*, M. P. VIEIRA (ed.). Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2010, pp. 92-107.

CULLEN, G. — *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70, 1984 [1961].

FONSECA, A. — Protecção dos edifícios e sítios monumentais. *Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização*. Lisboa: DGSU, vol. 1, 1947, pp. 53-75.

FRANÇA, J. A. — *Estudo das Zonas ou Unidades Urbanas de Carácter Histórico-Artístico em Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012 [1967].

FREITAS, J. G. — *O Litoral Português na Época Contemporânea: Representações, Práticas e Consequências. Os Casos de Espinho e do Algarve*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010 [tese de doutoramento].

GIOVANNONI, G. — *Vecchie città ed edilizia nuova*. Milano: Città Studi, 2.ª ed., 1995 [1931].

KEIL DO AMARAL, F. K. — Nuvens negras sobre o futuro do Algarve. *Diário de Lisboa*. Lisboa, 23 de fevereiro de 1961, pp. 1-11.

KEIL DO AMARAL, F. K. [et al.] — *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, vol. 2, 1961.

LYNCH, K. — *The Image of the City*. 20th printing. Cambridge, Massachusetts, and London: The M.I.T. Press, 1990 [1960].

OLIVEIRA, E. V.; GALHANO, F. — *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

PADRÃO, J. C. [et al.] — *Prospecção, Preservação e Recuperação de Elementos Urbanísticos e Arquitectónicos Notáveis, em Áreas Urbanas e Marginais Viárias, na Região do Algarve*. Lisboa: DGSU, 1965-1970, 21 volumes.

PADRÃO, J. C. Defesa e recuperação da paisagem urbana de qualidade. *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*. Lisboa: ICAT, n.º 109, 1969, pp. 131-134.

PADRÃO, J. C. — *Townscape, its classification, preservation and recuperation*. Lisboa: DGSU/Ministério das Obras Públicas, [1971].

PASSOS, J. M. S. — Prospecção e defesa da paisagem urbana. *Boletim da DGSU/Ministério das Obras Públicas*. Lisboa: DGSU, n.º 1, janeiro 1972, pp. 7-22.

PINHO, A. C. — *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana. Análise da Experiência Portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2009 [tese de doutoramento].

RIBEIRO, V.; COSTA, M. R.; AGUIAR, J.; VALVERDE, I. — Prospecção e defesa da paisagem urbana do Algarve (1965-70). A arquitetura tradicional e a preservação do património urbano numa proposta pioneira da antiga DGSU. *Colóquio Internacional de Arquitectura Popular, Arcos de Valdevez, 2013* [livro de atas] [no prelo].

TÁVORA, F. (coord.) — *Estudo da Renovação Urbana do Barredo*. Porto: Câmara Municipal do Porto/Direcção de Serviço de Habitação Porto, 1969.